

## Os impactos dos estudos de gênero para a construção de uma escrita literária resiliente

Luane Tamires dos Santos Martins<sup>1</sup>

### Introdução

Sabemos que, historicamente, o lugar e o papel da mulher na sociedade foram categoricamente frisados como inferiores ao do homem. A sociedade, construída nos moldes do patriarcalismo, refreava e silenciava qualquer expressão política, teórica ou artística oriunda das mulheres. Se a mulher não era vista como sujeito da Ciência, conseqüentemente ela também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Dessa forma, tornavam invisível também a escrita da mulher e as representações sobre as mulheres na literatura davam-se basicamente por meio da autoria masculina.

Apesar de a escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram. E, principalmente, as escritoras negras, como é o caso de Conceição Evaristo.

Desta forma, é pertinente refletir e questionar como os estudos feministas poderiam ter contribuído para a produção literária feminina. Além disso, nos é válido pensar e discutir, ainda que de forma breve, sobre a possibilidade de existir uma escrita propriamente feminina, uma escrita que demarque uma identidade, levando em consideração as discussões contemporâneas sobre gênero e escrita feminina.

### Gênero, perspectiva feminista e cânone literário: um processo de descentralização

Em tempos mais remotos, diríamos que discutir a presença da mulher na literatura seria, para muitos, algo socialmente descartável, até mesmo devido ao fato desta discussão partir diretamente de uma mulher. Esta “graça” nos é permitida atualmente devido ao advento da discussão sobre Gênero na perspectiva dos Estudos Feministas em correlação com os Estudos Culturais e a abertura do campo literário para outras discussões que transcendem a obra literária propriamente dita e o cânone.

---

<sup>1</sup> Pós- Crítica/Uneb-Campus II

Várias teóricas feministas, à exemplo de Guacira Lopes Louro (1997) e Maria Consuelo Cunha Campos (1992), afirmam que gênero é uma categoria que discute as relações entre o masculino e o feminino construídas socialmente. Para Campos (1992, p.113):

Tendo o sexo permanecido, nas demais sociedades, como que não questionado, isto é, tido por incorporado ao plano da natureza e sendo o domínio desta identificado ao universal, donde ao comum a toda espécie, a “naturalização” de papéis sociais atribuídos aos sexos consolidou-se hierarquicamente, como se fosse da ordem do senso comum, quando, em verdade, neles se abrigam a dominação, a opressão, a exclusão. Não sendo, pois, sinônimo de sexo – que diz respeito à identidade biológica, à totalidade de uma orientação, de um comportamento e de uma preferência sexuais – gênero concerne à experiência social e pessoal de um e de outro sexos; desenvolve-se enquanto categoria analítica a partir do pensamento feminista, nos anos 80 [...].

Ao contrário de alguns pensamentos ingênuos a respeito, gênero, como afirma a autora acima referida, não designa apenas as discussões relacionadas ao universo feminino, não é uma definição baseada no sexo, biologicamente falando, dos indivíduos. A categoria questiona, portanto, o universo “naturalizado” dos sexos, as imposições sociais que são costumeiramente tidas como natas ao indivíduo, seja este masculino ou feminino. Desta forma:

[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (...). O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou, então como são ‘trazidas para a prática e tornadas parte do processo histórico. ( LOURO, 1997, p. 22)

Sendo assim, entendido em que compete a discussão sobre gênero, doravante, podemos adentrar na vertente dos estudos feministas. Nessa perspectiva, os estudos teóricos sobre mulher ascenderam no espaço acadêmico a partir de 1968, como nos afirma Guacira Lopes Louro (1997). A mesma autora ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla **invisibilidade** como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997, p.17, grifo meu).

Os primeiros estudos de e sobre mulheres baseavam-se na tentativa de dar visibilidade aquela outrora subjulgada, oprimida e invisibilizada socialmente. Consideravam-se também as lutas

políticas das feministas pelos direitos antes negados a nós, como o direito ao voto, por exemplo. Para o autor Silviano Santiago (2004, p.32)

São as mulheres, inicialmente situadas nos Estados Unidos, que tomaram a dianteira no questionamento do Poder econômico e político pela linguagem e o viés relativista das micro-estruturas sociais. De lá exportaram falas e reivindicações, primeiro, para o mundo ocidental e, posteriormente, para o planeta globalizado. Além de ter dado a mão às companheiras nos países periféricos não-ocidentais, o movimento feminista logo estabeleceu elos de cumplicidade com a crítica literária pós-colonial (...)

Consoante tal autor, podemos afirmar que o advento dos estudos de gênero na perspectiva feminista foi de suma importância para questionar o Poder e a centralização dos discursos, principalmente, no que diz respeito aos estudos literários e ao cânone. Ao questionar os discursos, as feministas do primeiro momento, colocavam em pauta questões do tipo: quem fala? De onde fala? Para quem? Como fala? Entre outros questionamentos que desarticulavam mecanismos de dominação pautados no poder da linguagem. Pois, conforme afirma Santiago (2004,p.32)

(...) que são as críticas literárias feministas, de que Sontag é notável exemplo, que desarticulam o sólido edifício das “*belles lettres*”, fazendo com que a literatura dita canônica perdesse o privilégio e a aura que lhe tinham sido delegados por séculos da tradição ocidental e por anos e anos de prêmio Nobel.

Desta forma, o que compete aos estudos feministas mais recentes, podemos observar que essa reflexão para uma provável “redefinição do gênero” sugerida por Scott tem permeado as teorias de algumas feministas. Pensar “gênero” na perspectiva do feminismo contemporaneamente é assumir que os sentidos baseiam-se nas diferenças, refletindo e problematizando o mito da igualdade dos sexos, quando esta é compreendida como homogeneidade. Para Catiz- Montoro (1999, p.76) :

Sob o ideal humanista da neutralidade dos sexos, a igualdade tem sido frequentemente entendida como uniformidade: isto é, nós, homens e mulheres, somos todos iguais e possuímos os mesmos direitos e necessidades. Isso limitou a consciência de diferentes grupos de indivíduos ( de passados étnicos não brancos) e tem gerado muita controvérsia, levantando questões importantes sobre o que é esta liberto e o que isso acarreta para as mulheres. Quem, no final, são os beneficiados dessa liberação feminina? O que certamente não pode ser negado é que hoje em dia as mulheres ainda não são iguais aos homens, sejam elas de um país chamado “desenvolvido” ou não.

Consoante este pensamento, a autora Zilda de Oliveira Freitas (2002), por sua vez, afirma que desde os tempos mais remotos os traços diferenciais entre mulheres e homens existem e ao contrário do que se pode pensar, tais traços não se atenuaram no decorrer das gerações. Segundo a

autora, a identidade feminina passaria pelo recalque do universo masculino. Entretanto, o papel feminino vem mudando gradativamente na sociedade, sem que o papel masculino fosse nem sequer alterado. Mesmo assim, podemos perceber na contemporaneidade, uma luta por descentralizar os papéis e questionar os sentidos fixados.

## **A escrita feminina: uma voz resiliente em busca da identidade literária**

Já sabemos que para mulher não foi “destinado” o espaço literário. A mulher não era vista como um ser que pensa, capaz de defender seus objetivos, capaz de fazer Ciência, de ser racional, como nos sugere a autora Julia Hissa (1999,p.505, grifo meu):

Resignação, obediência e passividade, são qualidades apreendidas como próprias da natureza da mulher, por força da ideologia, que, valendo-se desses rótulos, passou a encará-la pelo lado da insensatez. **Confundida com a criança, em razão de uma suposta fragilidade, a mulher congelou a voz e os sentimentos ao longo dos anos**, atraindo para si o estigma da diferença.

[...]

Pela lógica masculina, a mulher é apreendida como um “ser – a- menos”, tão próxima que se encontra da **irracionalidade** e da infantilidade.

Se a mulher não era vista como sujeito da Ciência, pessoa racional, conseqüentemente ela também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Nessa perspectiva, tornava-se invisível também a escrita da mulher. Mas é pertinente destacar que apesar da escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram ou escrevem. Para Cristina Ramalho (2011, p. 25)

Obras como de *Escritoras brasileiras do século XIX, Tirando do fundo do baú: antologia de poetas brasileiras do século XIX e desafiando o cânone* (1 e 2), entre outras, ostentam a importância do século XIX para o reconhecimento da inegável inserção da mulher no âmbito da historiografia literária brasileira. São tantos os registros de existência de escritoras e publicações de obras que não há espaço para se negar a incoerência entre o que se pensava (as mulheres pouco escreviam e o que escreviam era de pouca importância) e o que, de fato, se encontrou, depois de incansáveis e exaustivas pesquisas e buscas por publicações.

Hoje, obras de escritoras como Rachel de Queiroz e Clarice Lispector, por exemplo, estão sendo sugeridas até em alguns vestibulares de universidades do Estado brasileiro e vale ressaltar que nos acervos em que pesquisamos, encontramos algumas obras destas e de outras autoras mais

“conhecidas” socialmente. Todavia, não podemos nos esquecer que ações específicas sobre determinadas escritoras não podem nos impedir de questionarmos o porquê de muitas vezes, nas aulas de literatura, ouvirmos mais os nomes dos autores que das autoras, principalmente quando se trata dos considerados canônicos. Pois como afirma Catiz-Montoro (1999) temos que tomar cuidado com o uso de exemplos isolados para provar que todas as mulheres (neste caso, todas as escritoras) possuem oportunidades iguais em nossos sistemas social e econômico atuais.

Destarte, vale frisar e advertir que não são todas as escritoras que são “conhecidas”, e ao nos depararmos com esse lugar da literatura feminina, da obra literária em si, é pertinente discutirmos, contudo, sobre a construção do cânone literário. O autor Roberto Reis, no texto *Cânon* (1992), nos oferece um aprofundamento consistente em torno do que venha a ser um cânone literário. O autor atrela a construção da ideia de cânone literário às questões culturais e, conseqüentemente, às relações políticas, ou seja, de poder, subjacentes a tais questões. Segundo Roberto Reis (1992, p. 72):

Historicamente, a literatura (...) tem sido um eficaz veículo de transmissão de cultura. A literatura tem sido uma das grandes instituições de reforço de fronteiras culturais e barreiras sociais, estabelecendo privilégios e recalques no interior da sociedade. Ao olharmos para as obras canônicas da literatura ocidental perceberemos de imediato a exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais do cânon literário.

Assim, não precisamos fazer muitos esforços para perceber a exclusão concernente à produção literária feminina, basta, reflexivamente, nos perguntarmos quantas autoras consideradas canônicas e quantos autores estudamos durante o nosso Ensino Médio. E se nos aprofundarmos ainda mais nessa reflexão e nos perguntarmos sobre as escritoras negras, provavelmente, não nos lembraremos de muitas, isto se conseguirmos nos lembrar de alguma.

Por conseguinte, Reis (1992) ainda nos alerta que ao lermos e questionarmos um texto literário considerado canônico não se pode deixar de refletir sobre as circunstâncias históricas em que o mesmo foi criado e que, provavelmente frente a essas circunstâncias, indivíduos dotados de poder atribuíram ao tal texto o valor de “literário” em relação a outros, tornando-o um cânone. Até por que:

O que é belo, é belo pra quem? O que é artístico, é artístico para quem? O que é poético, ou literário, é assim para quem? E quando? E onde? E com que bases ou princípios? A quem interessa que assim sejam aceitos (ou rejeitados)? Em que contexto? (WANDERLEY, 1999, p.261)

Segundo o autor supracitado a canonização literária é dotada de interesses ideológicos de dominação, poder e exclusão. Sendo assim, adentrar o espaço do cânone tem sido luta constante de nossas escritoras, principalmente as escritoras negras.

No tocante a isto, conforme Maria Inês de Moraes Marreco (2010) a década de 1850 é considerada como marco oficial da maturidade literária no que cerne as produções masculinas, abrindo espaço, porém, para algumas produções de autoras. Entretanto, “como as publicações estavam sob o controle de editores homens, as mulheres tinham que batalhar para serem aceitas enquanto escritoras, e também acatar os padrões estéticos estabelecidos.” ( MARRECO, 2010, p. 236). Em consonância com esta afirmação, Maris Stelamaris Coser (2007, p.257) diz que “o corpo muitas vezes se cala, em geral submisso ao desejo masculino, e a narrativa silencia a respeito do desejo e prazer da mulher.”

Foi esse “calar” que as mulheres do século XIX se submeteram. Por conseguinte, para Ramalho (2011) a escritora feminina somente assume uma consciência de sua condição de mulher diante de uma sociedade patriarcal a partir do século XX e isto vai refletir nos seus textos. Para a autora, diversas escritoras do século XIX acabaram reproduzindo muitos dos valores patriarcais em suas obras. Desta maneira:

No século XX, essa consciência é mais palpável, pois o próprio mundo, a própria sociedade começa a discutir a condição da mulher em várias esferas, como a política (com a luta pelo direito ao voto), a trabalhista ( com o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho), (...), entre outras. A mulher ( ou, mais tarde, as mulheres) passa a ser foco temático e isso facilita sua ação no campo das artes e da literatura. ( RAMALHO, 2011, p.26)

Mas o que levaria essas escritoras do século XIX a “reproduzir” o sistema patriarcal da época? Considerando as proposições de Maria Inês Marreco (2010) e Freitas (2002), entre outras autoras, a escrita feminina era inferiorizada pelo sistema patriarcal uma vez que somente ao homem foi dado o direito da criação, para mulher destinou-se a reprodução. Assumir os “moldes” patriarcais naquele período pode ser revisto, entretanto, como a única oportunidade que as escritoras da época encontraram para inserir-se no universo Literário, destinado apenas aos homens, uma vez que qualquer forma de expressão artística feminina, principalmente no que cerne a escrita, era duramente reprimida, pois, não nos esqueçamos, escrever está diretamente ligado as questões de poder.

Entretanto, alguns autores contemporâneos que discutem questões relacionadas aos estudos literários e feministas, afirmam que a escrita feminina tem assumido outro caráter, uma nova roupagem, o que põe ainda mais em choque o cânone literário construído nos moldes patriarcalistas. Para Santiago (2004, p. 33-34):

Passa-se a exigir que a produção lingüística nobre dê conta, sem pré-conceitos, de um *diferendo*, que está sendo elaborado às escâncaras e às escondidas pelas mulheres emancipadas no mundo contemporâneo. Passa-se a exigir que a mulher que escreve seja admitida enquanto tal no espaço da Literatura.

[...]

O que a escrita da mulher coloca contra a parede? A liberdade retórica *sem* gênero – sem preferência sexual, falocêntrica, sem cor, sem etnia, etnocêntrica, etc. Por seu turno, a liberdade retórica *com* gênero favorece a sensibilidade e a espontaneidade literárias, que, por se relacionarem de modo confessional e lírico com a linguagem, retiram sua força artística não das firulas do cânone, mas da experiência libertária de corpos multicoloridos, sexuados e sofridos na pele, que vivem e sobrevivem em diferença.

Sendo assim, nos é lícito afirmar que existe uma busca por uma identidade de gênero, uma marca que sinalize o texto literário. Nessa perspectiva, ao discutir sobre a “A escrita feminina”, Freitas (2002) ressalta, por sua vez, que os primeiros traços da libertação feminina na escrita deu-se apenas no começo do século XX, com uma escrita pautada na fantasia insubmissa, procurando a descrição precisa do seu papel no mundo e sua reinvenção. Segundo a autora:

A literatura não é para as mulheres uma simples transgressão das leis que lhes proibiam o acesso à criação artística. Foi, muito mais do que isso, um território liberado, clandestino. Saída secreta da clausura da linguagem e de uma pensamento masculino que as pensava e descrevia (...). Apenas desabafo? Não, a literatura feminina é mais um registro de inconformismo da mulher àquelas leis. (FREITAS, 2002, p. 119)

Desta forma, a mulher passa a buscar a diferença como identidade, a desconstrução do supracitado modelo masculino na prática de sua escrita, assume de fato a sua “inexperiência” e “imperfeição”, encontrando conseqüentemente o seu jeito singular de escrever. Ainda consoante a autora referida, pode-se afirmar que durante séculos a mulher é desconhecida para si e uma estrangeira na sociedade de valores masculinos. Freitas ressalta que a escrita feminina é justamente este livre expressar-se do universo feminino, lado a lado com o masculino, sem imitá-lo, mas também sem desconhecê-lo.

Entretanto, mesmo com tantos avanços, ainda é preciso lutar e questionar a ausência da mulher na literatura. Existem discursos contemporâneos que invalidam a potencialidade da escrita de autoria feminina, pois, conforme Coser (2005):

[...] as verdades parciais e encobertas, meio-ditas, associadas a subterfúgios típicos ‘de mulher’ e opostas ao raciocínio lógico, caracterizam teorias contemporâneas voltadas para a multiplicidade, o impuro e ambíguo. A opressão e o preconceito, por outro lado, o ocorrem em níveis diversos e impedem a sacralização e a idealização de qualquer condição de alteridade.

Um fator que pode exemplificar e consolidar a afirmação acima, tomando em linhas gerais, é a notória desproporcionalidade das escritoras na historiografia literária brasileira. Além disso, vale-nos pensar também por qual razão, na Academia Brasileira de Letras tem tão poucas representantes femininas, e indo mais além, representantes negras.

Porém, não podemos deixar de ressaltar que através dos diversos movimentos sociais feministas, das discussões sobre Gênero, de uma crítica literária feminista e da própria discussão dos Estudos Culturais, a literatura feminina tem surgido, aos poucos, nos espaços que anteriormente haviam sido negados às mulheres. Um exemplo disso é a presença de autoras, como Raquel de Queiroz, na Academia Brasileira de Letras e, ainda que de forma parcial, em historiografias literárias.

## **Considerações finais**

Com base no exposto, podemos inferir como o “lugar” da mulher na sociedade é, na maioria das vezes, sempre, colocado em um plano inferior ao do homem. Dominada por uma concepção patriarcal, a nossa sociedade acostudou-se a inferiorizar, menosprezar e a tornar invisível toda produção feminina e enaltecer as masculinas. Os lugares políticos de destaques, os melhores prêmios de valorização cultural, os melhores salários, entre outros, desde os tempos mais remotos, não são destinados ao público feminino e essa desigualdade social, infelizmente, é mascarada muitas das vezes com políticas que enaltecem o mito da falsa democracia e da igualdade sociocultural.

Estamos falando de uma voz que há tempos fora silenciada, que era representada pela voz masculina. Falamos de uma literatura resiliente. Uma literatura que vem se libertando dos moldes patriarcais de outrora e fazendo eclodir vozes. Vem tentando questionar as determinações culturais que nos são impostas e que habitualmente tendemos a considerar como “naturais”.



Desta forma, não podemos aceitar e nem considerar “natural” o fato da historiografia literária brasileira não apresentar dados consistentes sobre a produção literária feminina no nosso país. É preciso, a cada dia, retomar as discussões sobre a escrita literária feminina, não nos conformar com o “parcial”, com as migalhas, e continuar a luta por reconhecimento de uma identidade literária, pelo reconhecimento de uma escrita, não apenas feminina, mas crítica e de sólido valor social.

## Referências

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIN, José Luís (Org.) *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.111-115.

CATIZ – MONTORO, Carmem. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. CAPELATO, Helena Rolim (orgs.) **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1999.

COSER, Stelamaris. Mulheres, diários e cartas: “narrativas apagadas da memória coletiva e dos arquivos literários”. In: FIGUEIREDO, Eurídice; PORTO, Maria Bernadette Velloso. (Org.) **Figurações da alteridade**. Niterói: EdUFF, 2007, p. 251-266.

FREITAS, Zilda de Oliveira. **A literatura de autoria feminina**. In: FERREIRA, Silvia Lúcia. NASCIMENTO, Enilda Rosendo (orgs.) **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

HISSA, Julia. Breve reflexão sobre a condição feminina ao longo dos anos. In: REIS, Livia de Freitas. VIANNA, Luciana Helena. PORTO, Maria Bernadette. **Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. IN: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARRECO, Maria Inês de Moraes. Investigando a história das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima. DUARTE, Eduardo de Assis. ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Orgs.) **Falas do outro: literatura, gênero e etnicidade**. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.

RAMALHO, Cristina. As faces líricas da escritora brasileira. In: ZONLIN, Lúcia Osama. GOMES, Carlos Magno. (Orgs.) **Deslocamentos da escritora brasileira**. Maringá: Eduem, 2011.



# ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GT- GÊNERO/ANPUH

Encontro Nacional  
do Grupo de Trabalho  
Gênero/ANPUH

19 e 20 de novembro em Vitória  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIN, José Luís.(Org.). **Palavras da crítica:** tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

**saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

SANTIAGO, Silviano. Outubro retalhado (entre Estocolmo e Frankfurt). In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **O papel do intelectual hoje.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 23-38.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIN, José Luís.(Org.). **Palavras da crítica:** tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

.